

comunicado da

DIRECÇÃO GERAL da A.A.C.

n.º 6

10/7/74



ASPECTOS DA SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL

As forças reaccionárias ligadas ao grande capital nacional e estrangeiro, utilizando o poder económico e a força política que ainda detêm, não cessam de conspirar e de se organizar para entravar e fazer recuar a democratização da vida nacional e todas as conquistas já alcançadas pelas massas trabalhadoras. Procuram recuperar posições e retomar a ofensiva pela restauração de uma ordem reaccionária que defenda e proteja os seus interesses.

A Reacção e a Economia Nacional

No plano económico, os conspiradores tentam semear o caos e a confusão que abrem caminho à contra-revolução.

Despedimentos em massa, recusa de negociação com delegados dos trabalhadores e lock-out são outras tantas formas de pressão e chantagem sobre os trabalhadores. Com isto procuram obrigá-los a ceder nas suas reivindicações, paralizar sectores chave da economia agudizar artificialmente os conflitos sociais e provocar o descontentamento da população contra o Governo Provisório e o M.F.A.

Paralelamente são cortados créditos e fornecimentos de materiais necessários à laboração de numerosas indústrias, com graves consequências para as pequenas e médias empresas a debaterem-se com graves dificuldades financeiras.

Enquanto representados no Governo Provisório, procuram os servidores do capital impedir que se tomem medidas de fundo que permitissem solucionar os graves problemas com que se debate a economia nacional e tentam boicotar a acção das forças progressistas e democráticas e desalojá-las das posições que neste momento ocupam no Governo Provisório, transformando este num governo "da ordem".

A Questão Colonial

Os meios reaccionários actuam no sentido de boicotar a solução política da herança colonial, conseguindo interromper as negociações com o P.A.I.G.C. e fazendo ganhar alento teses neo-colonialistas.

Impõe-se o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e o reinício das negociações; impõe-se a abertura de negociações directas com os legítimos representantes dos povos das outras colónias, com base no reconhecimento do direito à autodeterminação e independência. O contrário será prolongar uma guerra de agressão contra os povos coloniais; será aumentar a longa lista de vítimas da guerra; será avolumar, pelo enorme peso que representa as despesas militares no orçamento do Estado, as dificuldades com que se debate a economia portuguesa; será colocar obstáculos ao desenvolvimento de relações políticas, económicas, culturais e de amizade entre o povo português e a humanidade progressista e amante da paz; será manter e agravar ainda mais a submissão do Povo Português e dos Povos das colónias ao imperialismo.

As Liberdades Democráticas - Estatuto Provisório da Imprensa

A necessidade de institucionalizar e regulamentar o exercício das liberdades democráticas, conquistadas com o derrocamiento do fascismo, não pode ser aproveitada para anular na prática as próprias liberdades institucionalizadas e reconduzir o país ao esquemas repressivos do último meio século.

A publicação recente do "Estatuto Provisório da Imprensa" deixa apreensões pelo tom geral dos termos em que o regulamento está redigido, assim como a nossa discordância por alguns princípios estatuidos" (proposta aprovada em Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas).

No mesmo documento, que apoiamos, se assinála que a indefinição de conceitos, apresentados de forma vaga e imprecisa, além de não esclarecer convenientemente os mecanismos legais que permitem o exercício da liberdade de Imprensa, poderá levar ao reforço da censura interna exercida pelas administrações e, portanto, pelas forças do capital. Consideramos justa a posição dos jornalistas ao reivindicarem a "imediate revisão e alteração do regulamento" e a "participação da classe, através do seu Sindicato, na preparação de um novo regime legal da Imprensa, que deve entrar em vigor o mais rapidamente possível".

A Nomação de Veiga Simão para Representante de Portugal na ONU

O saneamento de toda máquina política e administrativa é indispensavel para a sobrevivência do próprio processo de democratização. A permanencia após o 25 de Abril em importantes centros de decisão de individuos profundamente comprometidos com a ditadura fascista é, não só a medida das hesitações que no plano do saneamento se têm verificado, mas também um eloquente testemunho da força política que a reacção ainda detem. Tal situação constitui um sério entrave ao prosseguimento do processo em curso e facilita a reorganização e actividade das forças contra-revolucionárias pelo que setorne urgente pôr-lhe cobro.

Face à nomeação de Veiga Simão para representante de Portugal na ONU, não podem os estudantes deixar de manifestar a sua hostilidade. Enquanto Ministro do regime fascista sancionou V. Simão, apóstolo fiel do ensino ao serviço dos monopólios, toda uma política altamente ofensiva dos interesses dos estudantes. Levantada a cortina da sua "reforma", mais não se vê que a brutal escalada repressiva dos últimos anos do fascismo: AA EE encerradas, processos disciplinares, escolas invadidas e policiadas, supressão total dos direitos de reunião, associação e informação, etc.. Mais não se vê que o ódio profundo de V. Simão ao M.A. e às lutas estudantis por objectivos progressistas.

Levantemos a voz para afirmar que não pode representar o nosso país, seja onde for, quem considerava os estudantes elementos "decididos a criar um clima de permanente violência e agitação" e contra eles lançou todo o arsenal repressivo de que a ditadura fascista dispunha.

Cortar o passo à reacção é tarefa que se põe no imediato a todos os antifascistas para que o processo de democratização prossiga.

Que os estudantes se coloquem ao lado do Povo Trabalhador, mantendo-se vigilantes e denunciando todas as manobras dos reaccionários nas escolas!

Que o saneamento prossiga e se intensifique metódicamente a todos os níveis!